

# CONJUNTURA



06  
2021



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Bruna Soares de Aguiar

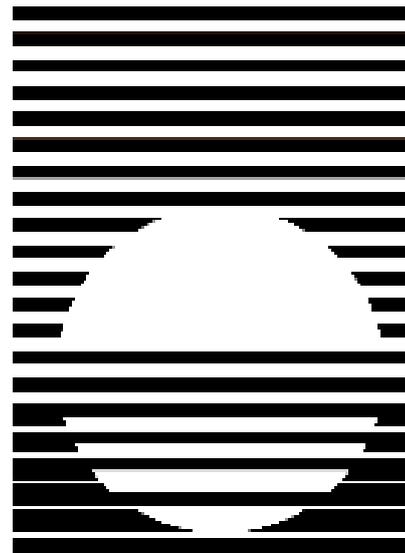
**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

**Editores de Redação:** Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Jefferson Nascimento, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Renata Albuquerque Ribeiro, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



# SUMÁRIO

## Página 04

Proposta de flexibilização do Mercosul acirra debate doméstico no Brasil

Na ONU, Brasil se abstém em votação sobre Cuba e retorna ao Conselho de Segurança

Brasil recebe dos EUA 3 milhões de doses de vacinas contra Covid-19

## Página 05

Manifestações no Brasil e no mundo marcam o Dia Mundial do Meio Ambiente

Violência e ódio contra a população LGBTI+ marcam o mês do Orgulho no Brasil e no mundo

## Página 06

Argentina aprova lei que cria cota trabalhista para populações trans e travesti

Parlamentares aprovam lei de equidade de gênero nos meios de comunicação argentinos

## Página 07

Fala racista de Alberto Fernández provoca reações no Brasil e no México

México inicia doação de vacinas a países da América Latina e Caribe

## Página 08

Venezuela negocia compra de vacinas com Rússia e Cuba em meio a complicações no acesso ao Consórcio COVAX Facility  
Tensões e instabilidades políticas na Bolívia têm impactos regionais

## Página 09

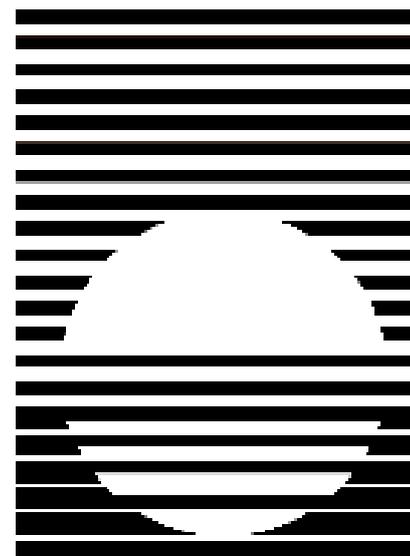
O resultado das eleições no Peru retrata um país dividido e em clima de tensão

África do Sul sediará centro de transferência tecnológica para produção de vacinas contra a Covid-19

## Página 10

SADC aprova o emprego de forças militares para combater o terrorismo em Moçambique

Migrantes e refugiados sofrem com deportações sumárias e onda de ações xenofóbicas em países africanos



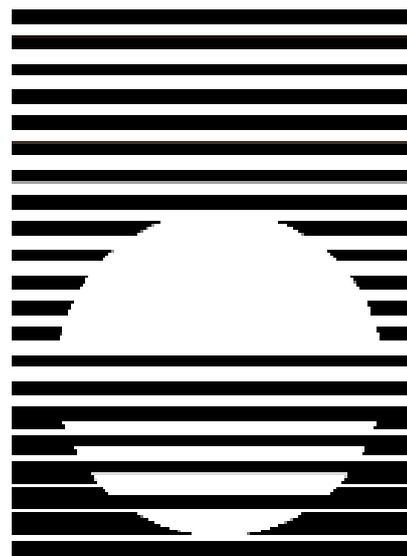
China reforça posições em organismos multilaterais

### **Página 11**

Fome e insegurança alimentar agravam crise humanitária  
Encontro entre Biden e Putin reduz tensão entre EUA e Rússia

### **Página 12**

Arábia Saudita avança e garante mais alguns direitos básicos  
às mulheres



## Proposta de flexibilização do Mercosul acirra debate doméstico no Brasil

No dia 8 de junho de 2021, o ministro da Economia Paulo Guedes voltou a defender a flexibilização das regras do Mercosul com o objetivo de integrar o Brasil nas cadeias globais de valor. A proposta de flexibilização, discutida entre os países do bloco desde o início do ano e que conta com o apoio do Uruguai, prevê a revisão da regra que obriga seus membros a negociarem conjuntamente acordos de livre-comércio com países extra regionais. A ideia é liberar os países do Mercosul para que possam negociar tratados comerciais de maneira independente. Além disso, o governo brasileiro defende a redução unilateral e de forma escalonada da Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco em 20% até o fim deste ano. O tema, no entanto, não é pacífico dentro do próprio governo, uma vez que o Itamaraty aponta restrições à proposta e alerta para possíveis distorções no comércio regional caso a flexibilização ocorra. Para o corpo diplomático brasileiro, acordos comerciais fechados de maneira individual por outros integrantes do Mercosul podem abrir uma brecha para que mercadorias de fora do bloco entrem no território brasileiro em situação desleal de concorrência. O empresariado também se mostrou contrário à flexibilização. De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a redução da TEC prejudicaria ainda mais a competitividade da indústria brasileira no comércio exterior, ao passo que as negociações comerciais individuais podem enfraquecer o poder de barganha do bloco regional nas tratativas com terceiros países. No dia 5 de junho, foi divulgada uma nota conjunta assinada por Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva na qual os ex-presidentes respaldaram a resistência do governo argentino à proposta de revisão da TEC. Na nota, Cardoso e Lula afirmaram que “este não é o momento para reduções tarifárias unilaterais por parte do Mercosul, sem nenhum benefício em favor das exportações do bloco”, e reforçaram a necessidade de “manter a integridade do bloco, para que todos os seus membros desenvolvam plenamente suas capacidades industriais e tecnológicas e participem de modo dinâmico e criativo na economia mundial contemporânea”.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 05/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 07/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 08/06/2021; [Estadão](#), 08/06/2021; [Valor Econômico](#), 22/06/2021; [Estadão](#), 24/06/2021.

## Na ONU, Brasil se abstém em votação sobre Cuba e retorna ao Conselho de Segurança

No dia 23 de junho de 2021, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) analisou uma resolução anual proposta pelo governo de Cuba sobre a condenação do embargo econômico sofrido pelo país. Historicamente, o Brasil votou favoravelmente à condenação, acompanhando não só os demais países latino-americanos como a ampla maioria de Estados-membros da ONU. Em 2020, no marco do alinhamento à Donald Trump, o Brasil se juntou à Estados Unidos e Israel no voto negativo. A votação de 2021 gerou expectativas sobre a postura brasileira, em um cenário sem Trump e marcado pela necessidade de moderação em prol do bom relacionamento bilateral. Sem reverter totalmente a postura, o Brasil se absteve da votação, acompanhado por Colômbia e Ucrânia, enquanto EUA e Israel permaneceram isolados no voto contrário, em oposição a 184 votos favoráveis ao fim do embargo. No mesmo mês, o Brasil foi eleito para o décimo primeiro mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o mandato 2022-2023, e recebeu o apoio de 181 países, de um total de 193 votantes. Em nota, o Itamaraty confirmou que “o resultado reflete o reconhecimento da histórica contribuição brasileira para a paz e a segurança internacionais”. Cabe destacar, no entanto, que o país foi candidato único para a vaga destinada aos países latino-americanos e caribenhos, cuja campanha foi articulada e negociada durante o governo de Michel Temer.

Fontes: [Estadão](#), 11/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 11/06/2021; [Governo Federal do Brasil](#), 11/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 22/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 23/06/2021.

## Brasil recebe dos EUA 3 milhões de doses de vacinas contra Covid-19

Nos dias 25 e 26 de junho de 2021, o Brasil recebeu dos EUA 3 milhões de doses das vacinas Janssen, do grupo Johnson & Johnson, contra Covid-19. Essa foi a maior doação até agora registrada feita pelo governo estadunidense a outro país de forma direta, ou seja, fora do escopo da COVAX, iniciativa vinculada à Organização Mundial da Saúde (OMS) para a distribui-

ção de imunizantes a nações em desenvolvimento. Ainda há a previsão de que o Brasil receba parte de outras 20 milhões de vacinas destinadas pelos EUA a países latino-americanos via COVAX. A doação direta dos imunizantes foi tema de conversa telefônica entre o chanceler brasileiro Carlos França e o chefe da diplomacia estadunidense, Antony Blinken, realizada no dia 17 de junho. Na ocasião, além de tratar da diplomacia da saúde, Blinken cobrou maior engajamento do Brasil nas questões ambientais, cujas negociações entre os governos encontram-se paralisadas desde o início de maio. Entretanto, com a demissão de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente, no dia 23 de junho, após este se tornar alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) por suposto favorecimento ilegal a empresários do setor de madeiras, a expectativa é de que as tratativas sejam retomadas. A postura do ex-Ministro era vista como pouco construtiva pelas autoridades estadunidenses e gerava desconfiança. Em outra frente da agenda bilateral, uma comitiva brasileira liderada pelo ministro da Comunicação, Fábio Faria, e que contou também, entre outros nomes, com o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente brasileiro, e o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Alexandre Ramage, viajou aos EUA para discutir a implantação da tecnologia de internet 5G no Brasil. Segundo Flávio Bolsonaro, durante as conversações, não houve um pedido direto por parte dos EUA para que fosse vetada a participação da empresa chinesa Huawei. No entanto, representantes estadunidenses afirmam que Washington não investirá em países que optarem por “fornecedores não seguros”.

Fontes: [Estadão](#), 09/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 09/06/2021; [Estadão](#), 18/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 24/06/2021; [MRE](#), 24/06/2021; [UOL](#), 26/06/2021.

## Manifestações no Brasil e no mundo marcam o Dia Mundial do Meio Ambiente

No dia 5 de junho de 2021, Dia Mundial do Meio Ambiente, diversos movimentos sociais do Brasil e do mundo, articulados pela Jornada Anti-imperialista pelo Meio Ambiente, que reúne grupos ativistas dos cinco continentes, organizaram atos em vários países. Os pontos da mobilização eram principalmente dois: denunciar a destruição ambiental e apresentar alternativas populares para uma defesa anti-

imperialista do meio ambiente. Um manifesto foi incorporado às ações para o dia do Meio Ambiente, orientando os atos que aconteceram simultaneamente em pelo menos 21 países. Na Zâmbia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protestou contra o avanço das grandes corporações em detrimento dos recursos naturais. Na Colômbia, 230 organizações ambientais convocaram uma greve nacional ambiental. Na Indonésia, movimentos populares marcharam pelas ruas carregando sinos como forma de alerta ao país. Os indianos também foram às ruas para protestar contra um projeto que pretende a derrubada de cerca de 50 mil árvores. No Brasil, o ato unificado aconteceu em Brasília e os manifestantes levaram faixas com os dizeres “Fora Bolsonaro”, “Fora Salles” e “Governo Bolsonaro é genocida e ecocida”, além de troncos de madeira simbolizando o crescente desmatamento na Floresta Amazônica. No dia 08 de junho, novo protesto aconteceu na frente do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. Dessa vez os manifestantes fincaram, no gramado da Esplanada, cruces representando as vítimas da Covid-19. Os ativistas também entregaram um manifesto popular ao Ministério Público (MPDF) e à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), com cópia ao governo distrital. Além das ações presenciais e simultâneas ocorridas principalmente no dia 05, os movimentos sociais também organizaram atividades de plantio de árvores, doação de mudas e de alimentos em diferentes cidades brasileiras, como Fortaleza, Belém, Maceió e São Luiz. Nas redes sociais as hashtags #EnDefensaDelPlaneta e #PovoVivoFlorestaEmPé estiveram entre os assuntos mais comentados durante o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Fontes: [Semana](#), 02/06/2021; [Correio Braziliense](#), 04/06/2021; [The Telegraph Índia](#), 04/06/2021; [Sul 21](#), 05/06/2021; [Prensa Latina](#), 05/06/2021; [Revista Fórum](#), 05/06/2021; [Jakarta Globe](#), 05/06/2021; [The Indian Express](#), 05/06/2021; [G1](#), 08/06/2021.

## Violência e ódio contra a população LGBTI+ marcam o mês do Orgulho no Brasil e no mundo

Em 28 de junho de 2021, comemora-se a data do orgulho LGBTI+, a escolha da data se deu em alusão à revolta de pessoas LGBTI+, na cidade de Nova Iorque, contra a violência policial no bar Stonewall Inn. A data segue como um símbolo de memória e

de luta por respeito, pela vida e contra as violências sociais e estatais contra as pessoas sexo-gênero diversas. Contudo, a realidade demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer. No dia 22 de junho, em Embu das Artes, município da Grande São Paulo, Gabriel Carvalho Garcia, um jovem gay de 22 anos, foi assassinado a tiros em uma barbearia. Três dias depois, na madrugada do dia 25, Roberta Silva, travesti de 32 anos, sofreu queimaduras graves em seu corpo em um terminal rodoviário de Recife e teve um de seus braços amputados em razão dos ferimentos. No final de maio, dia 31, um jovem gay de 22 anos já havia sofrido violência sexual e física em Florianópolis, na ocasião teve seu corpo marcado com tatuagens contendo frases ofensivas e violentas. O Brasil segue liderando as estatísticas mundiais de assassinatos de pessoas travestis e transexuais, e tais violências inserem-se em um contexto institucional de desmonte de políticas públicas para essa parcela da população tanto na esfera do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo. Esta realidade é presente em outros Estados, na Hungria foi aprovada legislação proibindo a “promoção da homossexualidade ou mudança de gênero” para menores de 18 anos. As críticas dirigidas a esta forma de legislação questionam esta proibição e que obras de autores consagrados internacionalmente como Shakespeare, Proust e Thomas Mann podem ser alvo desta forma de censura conforme apontou a associação de editoras e livrarias da Hungria. Em 23 de junho, na Itália, foi divulgado pelo jornal *Corriere della Sera* uma correspondência do Secretário para as relações com os Estados, Paul Gallagher, direcionada à embaixada da Itália junto à Santa Sé com a exigência de mudanças no projeto legislativo que busca a criminalização da homofobia e da transfobia no país. De acordo com o Vaticano, a aprovação dessa lei pode representar uma limitação na liberdade religiosa dos católicos além de ferir a concordata assinada entre a Santa Sé e a Itália de Benito Mussolini, em 1929 e editada em 1984.

Fontes: [The Guardian](#), 09/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 18/06/2021; [BBC News](#), 22/06/2021; [Corriere della Sera](#), 23/06/2021; [G1](#), 25/06/2021; [Isto É](#), 25/06/2021.

## Argentina aprova lei que cria cota trabalhista para populações trans e travesti

No dia 24 de junho de 2021, o Senado argentino aprovou o projeto de lei de cota de trabalho para pessoas travesti e trans. A lei foi denominada “Lohana Berkins e Diana Sacayan” como uma homenagem

póstuma às ativistas históricas da luta das populações trans e travesti no país. Berkins morreu em 2016, e Diana Sacayan foi vítima de travestício em 2020. A lei estipula que o Estado deve garantir no mínimo 1% de suas vagas de trabalho para travestis, transexuais e transgêneros e deve cumprir uma série de obrigações de não discriminação no acesso a empregos. Além disso, a lei prevê incentivos econômicos para contratações no setor privado, ponto fundamental da legislação, que busca igualar oportunidades de acesso ao emprego formal. O projeto de lei chegou ao Senado após ser votado na Câmara de Deputados ainda em junho, e em ambas as casas foi aprovado por ampla maioria. A lei é resultado do ativismo dos movimentos LGBTQIA+ e feministas que, juntamente a diversos partidos, propuseram 12 diferentes projetos de lei pautando as dificuldades e especificidades destas populações em acessar o mercado de trabalho. Esses projetos, somando-se ao decreto firmado pelo presidente Alberto Fernández em setembro do ano passado, que determinava que o setor público federal deveria reservar 1% de suas vagas de trabalho para pessoas trans e travesti, resultaram na Lei Nacional de Cota Trabalhista Trans e Travesti Lohana Berkins e Diana Sacayan. Comemorando a aprovação da lei, ativistas não deixaram de chamar atenção para algumas de suas limitações: a redação da lei fala explicitamente em travestis, transexuais e transgêneros e evita citar identidades não binárias, transmasculinidades e outras categorias; da mesma forma, não aborda a questão do trabalho sexual. Chama a atenção, também, que essa lei tenha sido aprovada no mesmo mês em que o presidente argentino fez falas racistas contra brasileiros e mexicanos, já que as populações trans e travestis negras e indígenas estão entre as mais vulneráveis da América Latina.

Fontes: [LATFEM](#), 25/06/2021; [Página 12](#), 25/06/2021; [Perfil](#), 27/06/2021.

## Parlamentares aprovam lei de equidade de gênero nos meios de comunicação argentinos

Em 11 de junho de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou, com 134 votos favoráveis e 9 contrários, a lei que estabelece a equidade de representação de gênero nos meios de comunicação públicos e privados na Argentina, tornando o país pioneiro na legislação. A norma também determina que os meios devem garantir ao menos 1% de representação para pessoas transgênero, transexuais, travestis e intersexuais. As

mudanças, que ocorrerão de modo gradual, serão implementadas de maneira obrigatória no setor público e no âmbito privado contarão com um sistema de incentivos. As medidas sugeridas incluem, dentre outras: processos de seleção baseados em equidade, capacitação em gênero e promoção de linguagem inclusiva, além de protocolos contra violência trabalhista e de gênero. O resultado é uma conquista de coletivos auto organizados como o Periodistas Argentinas e o LATFEM, que faz parte da Red de Periodistas Feministas de Latinoamérica y el Caribe - que atuam para aumentar a representatividade e a equidade no âmbito da comunicação. A aprovação reforça a importância da pluralidade de vozes nos meios de comunicação para que outras perspectivas, histórias e relatos sejam incorporados às pautas jornalísticas, contrapondo narrativas essencialmente patriarcais. A nova lei se soma a outras conquistas importantes do movimento feminista argentino, como a legalização do aborto aprovada no final de 2020 e a Lei Micaela (Ley N.27.499/19) que estabelece a capacitação obrigatória em gênero e violência de gênero para todas as pessoas que desempenham atividade pública nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na Argentina.

Fontes: [Página 12](#), 11/06/2021; [Página 12](#), 13/06/2021; [La Primera Piedra](#), 16/06/2021.

## Fala racista de Alberto Fernández provoca reações no Brasil e no México

No dia 09 de junho de 2021, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, durante a visita do premiê da Espanha, Pedro Sánchez, disse que “os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da selva, mas nós os argentinos chegamos de barcos”, citando erroneamente o poeta mexicano Octavio Paz. A fala do mandatário argentino causou desconforto tanto no Brasil quanto no México, e foi classificada como racista pela imprensa de ambos os países, além de chamar atenção por ignorar a importância dos povos originários argentinos. No Brasil, em conversa com apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro comparou Fernández a Nicolás Maduro, presidente venezuelano. Aécio Neves, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, repudiou a fala e fez menção à difícil situação econômica pela qual passa a Argentina. Já Kátia Abreu, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, comentou que a fala de Fernández refletia “loucura e preconceito”,

e ainda comparou o líder argentino ao presidente brasileiro, ao afirmar que não comentaria a fala do “Bolsonaro portenho”. No México, o subsecretário para América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, Maximiliano Reyes Zúñiga, chamou a declaração de “infeliz” e afirmou que este tipo de fala torna “invisível a diversidade étnica da América Latina”, mas aceitou as desculpas que o peronista pediu. O presidente do México, Andrés Manuel Lopez Obrador, que mantém uma boa relação com Fernández, afirmou que o presidente argentino cometeu um erro com a declaração, mas que havia pedido perdão. Fernández pediu desculpas via Twitter, e disse que não quis ofender ninguém ou fazer alguém se sentir invisibilizado. Frases parecidas enaltecendo a “herança europeia” da Argentina foram proferidas por outros líderes do país ao longo da história, incluindo Mauricio Macri, antecessor de Fernández.

Fontes: [Clarín](#), 09/06/2021; [Clarín](#), 09/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 09/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 09/06/2021; [UOL](#), 10/06/2021; [El País](#), 10/06/2021; [Infobae](#), 11/06/2020.

## México inicia doação de vacinas a países da América Latina e Caribe

No dia 12 de junho de 2021, o governo mexicano enviou 800 mil doses da vacina AstraZeneca para a Argentina e anunciou a doação de 400 mil doses divididas entre Belize (100 mil), Bolívia (150 mil) e Paraguai (150 mil). Já no dia 24 do mesmo mês, foram doadas mais 400 mil doses divididas entre El Salvador (100 mil), Guatemala (150 mil) e Honduras (150 mil). Se indicou, ademais, o envio próximo de doses para países caribenhos como Jamaica, Trinidad e Tobago e Haiti. A iniciativa partiu de um acordo firmado em agosto de 2020 entre o México, a Argentina e a AstraZeneca PLC, com o apoio financeiro da Fundação Carlos Slim. Pelo acordo, a companhia mAbxience produziria o princípio ativo da vacina na Argentina e o laboratório mexicano Lio-mont completaria o processo e realizaria o envase. Ao todo, espera-se a produção de 150 a 250 milhões de doses a serem divididas entre os dois países, bem como distribuídas ou doadas para outros países latino-americanos e caribenhos. A expectativa era de que a distribuição começasse em março de 2021. Apesar do relativo atraso, o envio das vacinas por aviões da Força Aérea Mexicana foi saudado pelos mandatários dos países destinatários. Nesse sentido,

o México, na qualidade de presidente pro tempore da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), é um dos primeiros países latino-americanos a fazer uso da “diplomacia das vacinas” para ampliar seu prestígio na região.

Fontes: [El Economista](#), 12/06/2021; [Expansión](#), 12/06/2021; [Excelsior](#), 24/06/2021; [El Financiero](#), 14/06/2021; [Capital 21](#), 16/06/2021; [Bloomberg](#), 12/08/2020.

## Venezuela negocia compra de vacinas com Rússia e Cuba em meio a complicações no acesso ao Consórcio COVAX Facility

Em 4 de junho de 2021, a Venezuela assinou um acordo com o laboratório russo Geropharma para a compra de 10 milhões de doses da EpiVacCorona. Já no dia 24 desse mês, o país recebeu o primeiro lote da vacina cubana Abdala. A vacina, primeira produzida totalmente no continente latino-americano, apresentou eficácia de 92% com a aplicação de três doses, e aguarda aprovação da Organização Mundial da Saúde (OMS). A Venezuela assinou um contrato para a compra de 12 milhões de doses e foi o primeiro país a receber o imunizante. As negociações com Rússia e Cuba acontecem em meio a complicações no acesso venezuelano às doses oferecidas por meio do Consórcio COVAX Facility, criado pelas Nações Unidas para facilitar o acesso de países periféricos a vacinas contra a Covid-19. Na região latino-americana, o Consórcio é gerenciado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). No dia 6 de junho, o presidente Nicolás Maduro afirmou que a entrega das doses adquiridas pelo COVAX estava atrasada. Três dias depois, a OPAS declarou que não havia recebido o pagamento de US\$ 10 milhões, parcela que faltava para completar o pagamento exigido da Venezuela para acesso às vacinas. O governo venezuelano reagiu afirmando que o pagamento havia sido feito. No entanto, com as sanções estadunidenses à Venezuela, esse pagamento foi bloqueado pelo banco. No dia 11 de junho, Maduro acusou o governo dos EUA de estar bloqueando o acesso venezuelano ao COVAX e exigiu que o mesmo desbloqueasse o pagamento. Em 17 de junho, o governo de Joe Biden emitiu licenças que autorizam a entrega de máscaras, produtos hospitalares e vacinas para o combate à Covid-19 na Venezuela. Com isso, há a expectativa de que o país possa finalmente acessar as doses de vacina oferecidas pelo Consórcio COVAX Facility. Até o mês de junho, segundo dados do governo, a Venezuela havia vacinado cerca de 11% da população. Além dos acordos fechados nesse mês para compra

das vacinas russa EpiVacCorona e cubana Abdala, o país já recebeu doses da vacina russa Sputnik V e da chinesa Sinopharm. A vacinação, no entanto, ainda não está sendo suficiente para controlar a segunda onda de Covid-19 que o país enfrenta.

Fontes: [El Nacional](#), 04/06/2021; [El Nacional](#), 09/06/2021; [AP News](#), 10/06/2021; [Efecto Cocuyo](#), 11/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 18/06/2021; [O Globo](#), 24/06/2021.

## Tensões e instabilidades políticas na Bolívia têm impactos regionais

Em junho de 2021, continuaram as instabilidades políticas na Bolívia, com impactos regionais e internacionais. Ao longo do mês, tiveram sequência os julgamentos sobre o golpe de Estado de 2019. O ex-presidente Carlos Mesa foi chamado para depor, mas se negou a fazê-lo sob justificativa de que não haveria base legal para o julgamento. A tensão aumentou após a divulgação pelo jornal The Intercept sobre os planejamentos de um segundo golpe após as eleições de 2020, vencidas por Luis Arce, do partido Movimento ao Socialismo, por parte do alto escalão do governo da ex-presidenta Jeanine Áñez. No final de maio, Eduardo del Castillo, ministro de Governo, denunciou que o Comando de Polícia do Equador estava solicitando a devolução dos projéteis e granadas que o governo de Áñez teria comprado acima do preço. No dia 12 de junho, del Castillo declarou que outros países haviam participado e contribuído com o golpe e, no dia 14, Fausto Jarrín Terán, deputado equatoriano, apresentou denúncia afirmando que o ex-presidente Lenin Moreno teria emprestado o material anti-distúrbio à Bolívia. Desde então, investigações nos dois países estão sendo feitas a respeito da denúncia. A polícia equatoriana declarou que o empréstimo se deu no âmbito da cooperação internacional e pediu a devolução do material. Somado a isso, no dia 15 de junho, a Igreja Católica divulgou à Fiscalia boliviana e ao Papa Francisco um informe cronológico para justificar seu papel como mediadora política durante o golpe de 2019. O informe foi mal recebido pelos setores governistas, já que ali constam justificativas sobre a legitimidade da posse de Áñez. Junto a isto, María Elva Pinckert, ministra do Meio Ambiente e de Águas, pediu e obteve refúgio político no Brasil.

Pinckert é investigada por nomeações irregulares durante o seu mandato. O governo de Luis Arce já afirmou que irá recorrer ao refúgio concedido.

Fontes: [Nodal](#), 16/06/2021; [La Razón](#), 18/06/2021; [The Intercept](#), 18/06/2021; [La Razón](#), 19/06/2021; [El Deber](#), 20/06/2021; [La Razón](#), 24/06/2021.

## O resultado das eleições no Peru retrata um país dividido e em clima de tensão

O segundo turno das eleições presidenciais no Peru terminou com uma margem de menos de 0,4% dos votos entre o candidato vitorioso, Pedro Castillo, e a sua oponente, Keiko Fujimori. O resultado mostra um país fortemente dividido do ponto de vista regional e socioeconômico. Castillo teve votação expressiva no sul do país, obtendo mais de 65% em todas as regiões, mas conquistou apenas 29,5% dos votos em Lima. Enquanto isso, a candidata do partido Fuerza Popular venceu com folga entre os eleitores da classe A, conquistando 75% dos votos, ao passo que sofreu grande derrota na classe E, angariando apenas 25% dos eleitores. Pedro Castillo nasceu em Cajamarca, uma região andina cujo nível de pobreza é um dos mais altos do país, e é considerado um outsider, tendo ganhado notoriedade no país apenas em 2017, ao liderar uma greve de professores. Castillo se elegeu pelo partido Perú Libre, que tem uma plataforma de esquerda radical e se intitula marxista-leninista. Porém, ao longo da campanha no segundo turno, em vista da necessidade de ampliar o seu eleitorado, o candidato moderou o seu programa de governo, sem abrir mão da proposta de reformar a Constituição. As adversidades que o novo governo terá pela frente são muitas, já que, no Congresso, o seu partido só conquistou 37 dos 130 assentos, o que torna o caminho bastante árduo para estabelecer uma maioria estável. Keiko Fujimori, por sua vez, questiona o resultado do pleito, alegando fraudes, mesmo com a confirmação por parte dos observadores internacionais, incluindo representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), de que o resultado foi legítimo. Manifestações em favor dos dois lados vêm ocorrendo nas ruas, elevando a temperatura das tensões. Para pressionar o Juri Nacional de Elecciones (JNE), um grupo de militares da reserva, antigos aliados do ditador Alberto Fujimori, circulou um comunicado pedindo ao alto comando das Forças Armadas que não

reconheça o resultado, caso as denúncias não sejam investigadas adequadamente. No entanto, até o momento, nenhuma irregularidade foi encontrada pelo JNE.

Fontes: [BBC](#), 08/06/2021; [La República](#), 07/06/2021; [Ojo Público](#), 15/06/2021; [Reuters](#), 22/06/2021.

## África do Sul sediará centro de transferência tecnológica para produção de vacinas contra a Covid-19

No dia 21 de junho de 2021, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, anunciou que a África do Sul será o primeiro país a sediar um centro de transferência da tecnologia do RNA mensageiro para produção de vacinas contra a Covid-19. A iniciativa que conta com o apoio da OMS tem como objetivo gerar capacidade local de fabricação de vacinas contra a Covid-19, aumentando a capacidade de resposta do continente africano contra a pandemia. De acordo com o plano, a tecnologia usada deve estar livre de restrições de propriedade intelectual para países de renda baixa ou média, ou deve ter tais direitos disponibilizados para o hub de tecnologia e para os futuros países destinatários. A OMS está trabalhando em conjunto com parceiros do convênio COVAX e com um consórcio sul-africano, que inclui empresas como Biovac, Afrigen Biologic and Vaccines, diversas universidades do país e o Centro Africano para Controle e Prevenção de Doenças (CDC). A Biovac, empresa com participação do governo, ficará responsável por conferir escala à produção e a Afrigen, empresa formada por um grupo de saúde pan-africano, ficará responsável pelo desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos. De acordo com o cientista chefe da OMS, o primeiro lote de vacinas fabricadas localmente deve estar disponibilizado entre nove e doze meses. O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação da África do Sul, Blade Nzimande, afirmou que o anúncio foi um forte sinal do posicionamento do país como um centro de manufatura no continente. Já o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, que tem denunciado a existência de um “apartheid das vacinas”, no qual somente 2% dos habitantes do continente africano foram vacinados enquanto países desenvolvidos possuem excedente de vacinas,

reconheceu a importância da iniciativa da OMS. No entanto, o líder sul-africano reafirmou a necessidade de quebra das patentes das vacinas contra a Covid-19 para agilizar o combate à pandemia.

Fontes: [Daily Maverick](#), 21/06/2021; [The South African](#), 22/06/2021; [Mail & Guardian](#), 22/06/2021; [News 24](#), 22/06/2021; [Africanews](#), 22/06/2021.

## **SADC aprova o emprego de forças militares para combater o terrorismo em Moçambique**

No dia 23 de junho de 2021, durante a 40ª Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), os representantes dos países membros aprovaram o emprego de uma força militar de prontidão para combater os ataques terroristas na região de Cabo Delgado, em Moçambique. Embora os ataques aflijam comunidades locais desde 2017 e diversos países vizinhos já tivessem pressionado o governo moçambicano a aceitar ajuda internacional, a situação acirrou-se em março, quando os insurgentes invadiram a cidade de Palma, matando dezenas de moçambicanos e alguns empreiteiros estrangeiros, próximo à planta de processamento de gás natural liquefeito em Afungi. Os atos terroristas são atribuídos ao grupo local conhecido como al-shabaab, o qual possui ligações com o Estado Islâmico. A região é rica em gás natural, mas em virtude dos ataques deixou de receber um projeto de investimento de 20 bilhões da multinacional francesa Total. Os países do entorno temem a propagação do terrorismo e a instauração da instabilidade na região. Em abril, uma missão de avaliação técnica de especialistas militares da SADC elaborou uma proposta para uma força regional de quase 3.000 soldados, incluindo três batalhões de infantaria e dois esquadrões de forças especiais armadas com helicópteros e navios de guerra. Apesar disso, a resolução aprovada pelos 16 Estados-membros não especificou o mandato, a composição, nem os meios de financiamento da força militar. Acredita-se que a África do Sul será o país que mais contribuirá, tanto financeira quanto militarmente, mas também se considera a possibilidade de pedir contribuições estrangeiras para financiar a iniciativa local.

Fontes: [AA](#), 28/05/2021; [ENCA](#), 23/06/2021; [Business Day](#), 23/06/2021; [Daily Maverick](#), 23/06/2021; [News 24](#), 23/06/2021.

## **Migrantes e refugiados sofrem com deportações sumárias e onda de ações xenofóbicas em países africanos**

No dia 04 de junho de 2021, o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) apontou que no mês de maio quase 4 mil moçambicanos foram devolvidos à força da Tanzânia através do posto fronteiriço de Negomano. São mulheres e crianças, em sua maioria, que vieram caminhando durante dias através das matas, fugindo dos ataques armados em Palma, Cabo Delgado. O ACNUR entrevistou moçambicanos que confirmaram raptos frequentes, abusos sexuais, separação de famílias, falta de ajuda humanitária e pedidos de troca de favores sexuais por alimentos. A Tanzânia vem violando a Convenção de Genebra ao ferir o princípio da não devolução, além de se recusar a construir um campo de refugiados. O mesmo relatório também divulgou que, no continente africano, o Sudão do Sul está em quarta posição com o maior número de deslocados em 2020, e a Uganda como quarto maior receptor, pois apesar da pandemia aceitou milhares de refugiados da República Democrática do Congo. Por outro lado, mesmo celebrando 27 anos do fim do Apartheid no mês de abril, sul-africanos vêm direcionando ações xenofóbicas, caçando migrantes e refugiados. Nas últimas semanas, ocorreram ataques na região do Soweto, que levaram à morte de dois congoleses. Lojas foram saqueadas e destruídas com o objetivo de atacar africanos originários de outros países. Nas redes sociais, as ações receberam apoio com a hashtag “SouthAfricansFirst”. Em resposta a estes acontecimentos, a Central Sindical e Popular Conlutas encaminhou uma moção de repúdio às autoridades da África do Sul, lembrando que na África nenhum negro é ilegal.

Fontes: [Revista Fórum](#), 27/04/2021; [DW](#), 18/05/2021; [ONU News](#), 18/05/2021; [DW](#), 04/06/2021; [CSP Conlutas](#), 16/06/2021; [G1](#), 18/06/2021; [DW](#), 20/06/2021.

## **China reforça posições em organismos multilaterais**

No mês de junho de 2021, o chanceler chinês Wang Yi participou de múltiplas reuniões de alto nível em organismos multilaterais. Em 1º de junho, o ministro se reuniu por videoconferência com representantes dos BRICS, onde debateu os desafios que os mercados

emergentes enfrentarão após a pandemia de Covid-19. Nos dias 7 e 8 de junho, compareceu à Reunião Especial dos Ministros de Relações Exteriores ASEAN-China e no dia 9 de junho se reuniu com representantes da Cooperação Lancang-Mekong, onde foram tratados temas de desenvolvimento regional, cooperação e administração de recursos hídricos. O chanceler chinês ainda presidiu a sessão de aniversário de 20 anos da Organização de Cooperação de Xangai, instituição que reforça a cooperação regional na área de segurança. Em 23 de junho, foi a vez de Wang Yi presidir a reunião do Acordo de Cooperação da Iniciativa do Cinturão e Rota, onde defendeu a incorporação dos temas de vacinação contra Covid-19, desenvolvimento sustentável e livre comércio global na agenda de trabalho. Em junho, a mídia também destacou os esforços da Missão Chinesa para a União Europeia e para as Nações Unidas, onde buscou contestar a persistente mentalidade da Guerra Fria que orienta o comportamento diplomático dos Estados Unidos na OTAN e na ONU. Os chineses criticaram a estratégia de securitização da OTAN, cujos gastos militares são elevados e incompatíveis com a alegação de defesa justificada, reforçando a incompatibilidade do arsenal nuclear controlado pelos Estados membros da organização e reafirmando que a doutrina de defesa chinesa segue o princípio de não usar em primeiro lugar as armas nucleares. Após a votação da Assembleia Geral da ONU, que pela 29ª vez aprova uma resolução contra o fim do embargo estadunidense contra Cuba, o representante chinês instou que os EUA suspendam o embargo imposto à Cuba e normalizem as relações com o país.

Fontes: [CGTN](#), 01/06/2021; [Xinhua](#), 08/06/2021; [Xinhua](#), 09/06/2021; [Global Times](#), 15/06/2021; [CGTN](#), 15/06/2021; [Xinhua](#), 24/06/2021; [Xinhua](#), 25/06/2021.

## **Fome e insegurança alimentar agravam crise humanitária**

No dia 16 de junho de 2021, o chefe do Programa Mundial de Alimentação (PMA), David Beasley, visitou programas da agência das Nações Unidas em Moçambique, onde 1,9 milhão de pessoas são beneficiadas. Beasley reuniu-se com o presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, e comprometeu-se com a continuidade da ajuda ao país em razão da

crise humanitária, devida especialmente às secas e das tempestades, que agravam a situação alimentar, além da atuação de grupos armados não estatais que atuam no norte do país. A crise alimentar, por sinal, é constatada em outras regiões globais, em razão da alta de preços dos alimentos, o que conseqüentemente, ocasiona o aumento da fome e da insegurança alimentar. O Relatório do Índice de Preços dos Alimentos das Nações Unidas de junho mostrou que o mês de maio representou o 12º mês consecutivo no aumento dos preços globais dos alimentos, sendo este de quase 40% em relação ao mesmo mês em 2020. No dia 22, foi lançado o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal documento mostrou que, na região, que se tornou o epicentro da pandemia da Covid-19, agravaram-se as desigualdades sociais, ampliando a população em situação de pobreza e fome. No Brasil, de 116,8 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar, a fome atingiu 19 milhões de brasileiros durante a pandemia em 2020. O documento do PNUD indica como um caminho para reverter este cenário na América Latina, o aprimoramento em políticas sociais, combate à violência e redução da concentração de poderes político-econômicos.

Fontes: [CNN](#), 06/06/2021; [News UN](#), 16/06/2021; [Folha de S. Paulo](#), 21/06/2021.

## **Encontro entre Biden e Putin reduz tensão entre EUA e Rússia**

No dia 16 de junho de 2021, em Genebra, ocorreu o encontro do presidente dos EUA, Joe Biden, com o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin. Foi a primeira vez que os dois conversaram estando ambos na posição de chefe de Estado. A reunião representou um importante passo para a redução da tensão entre os dois países após Biden confirmar, em entrevista à rede de televisão ABC News no mês de março, que acredita que Putin é um assassino. A reunião durou cerca de quatro horas, menos do que o esperado pelas delegações envolvidas, e resultou no aguardado retorno dos embaixadores de Rússia e Estados Unidos aos seus respectivos postos após pouco mais de dois meses de consulta em seus países de origem. Ainda em Genebra, o líder estadunidense afirmou em coletiva de imprensa acreditar na cooperação com a Rússia em algumas esferas, citando como exemplo

a cyber segurança e a contenção do terrorismo. Putin, por sua vez, defendeu a responsabilidade dos dois países em garantir a estabilidade nuclear global e declarou que Washington pode esperar seu empenho em promover discussões no que diz respeito a melhorias no tratado New START sobre armas nucleares. Apesar do clima de distensão da reunião, pontos de conflito permaneceram. Enquanto Putin sustentou acreditar na interferência dos EUA em assuntos internos russos ao financiar a oposição para enfraquecê-lo como adversário, Biden reforçou sua crença no envolvimento da Rússia nos ataques cibernéticos que os serviços de inteligência estadunidenses atribuem ao governo Putin. Ambos os chefes de Estado buscaram apaziguar a relação bilateral sem deixar de reforçar seus pontos de interesse inegociáveis.

Fontes: [Tass](#), 13/06/2021; [BBC](#), 16/06/2021; [The Moscow Times](#), 18/06/2021.

## Arábia Saudita avança e garante mais alguns direitos básicos às mulheres

No dia 6 de maio de 2021, no território da favela dNo dia 10 de junho de 2021, foi noticiado que a Arábia Saudita fez uma emenda a lei islâmica abolindo o parágrafo B do artigo 169 da Lei de Procedimento Perante os Tribunais da Sharia, que proibia que mulheres viúvas, divorciadas e solteiras vivessem sozinhas, devendo, assim, ser entregues a um tutor masculino. Por razão desta legislação, as famílias podiam abrir processos contra suas filhas que optassem por viver sozinhas. Contudo, o sistema judiciário do país já vinha dando ganho de causa para às mulheres em situações como estas. O Estado saudita vem realizando algumas modificações na interpretação islâmica a respeito do direito das mulheres, o que pode ter relação com a denominada Visão 2030 que, por iniciativa do príncipe Mohammed Bin Salman, tem como objetivo diversificar a economia e levar o país à uma compreensão mais moderada do Islã. No começo de 2021, o governo permitiu que mulheres com mais de 18 anos alterassem seus nomes em suas carteiras de identidade, sem a necessidade de autorização do tutor. Antes, em 2019, foram suspensas as restrições de viagens para mulheres com mais de 21 anos e, em 2018, as sauditas foram autorizadas a dirigir. Mas é importante sublinhar que esta realidade é fruto, principalmente, da luta de ativistas pelos direitos das mulheres no país, que sofreram e sofrem com condenações por parte do governo ao longo da

história. No dia 27 de junho, duas ativistas foram libertadas após três anos de detenção. Samar Badawi e Nassima al-Sadah foram detidas em julho de 2018, junto com outros ativistas, acusadas de prejudicar os interesses sauditas. Badawi recebeu, em 2012, o United States's International Women of Courage Award por questionar justamente o sistema de tutela masculina, e ser uma das primeiras a assinar uma petição solicitando que o governo saudita autorizasse que as mulheres dirigissem, votassem e concorressem as eleições locais. O marido e o irmão de Samar Badawi seguem sob custódia do governo

Fontes: [Meddle East Monitor](#), 10/06/2021; [Independent](#), 11/06/2021; [The Express Tribune](#), 11/06/2021; [ANBA](#), 14/06/2021; [Reuters](#), 27/06/2021.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

